

Relatório do Workshop “A Gestão da ZPE Ilhas Berlengas: Planear, Implementar, Concretizar”



26 de Janeiro de 2017

Organização do Workshop

O *workshop* “A Gestão da ZPE Ilhas Berlengas: Planear, Implementar, Concretizar”, faz parte integrante do Projeto Life Berlengas e foi realizado no dia 26 de Janeiro de 2017, pelas 16h, no Auditório do Edifício Cultural de Peniche, contando com 18 participantes.

Iniciou-se com a receção aos participantes que começaram por responder à questão “O que deve ser um Plano de Gestão?”, através da fixação de um post-it no painel indicado.

Seguiu-se uma breve apresentação da proposta do Plano de Gestão para a ZPE das Ilhas Berlengas, cujas bases foram desenvolvidas em 2011, através de um modelo participativo que envolveu diversas entidades.

O objetivo principal do *workshop* passou pela análise das ações propostas, através da participação de *stakeholders* essenciais para o sucesso das mesmas, uma vez que este Plano de Gestão foi atualizado e encontra-se em vias de aprovação.

Foi apresentada a ação do Projeto Life Berlengas onde o *workshop* se integra, que procura identificar, localizar e avaliar os benefícios socio-económicos da ZPE das Ilhas Berlengas, tentando compreender o modo como os diferentes aspetos são percecionados pelos *stakeholders*. Procura também sensibilizar os mesmos para os problemas e futuro da ZPE, contribuindo para a melhoria das práticas de gestão e para a diminuição de conflitos entre utilizadores.

O modelo de funcionamento do *workshop* consistiu na divisão dos participantes por três mesas, procurando em cada mesa uma diversidade de opiniões e interesses, estando presente em cada uma um facilitador, com o papel de moderar a conversação entre todos os participantes.

Foram assim analisadas todas as ações pertencentes aos quatro objetivos presentes no Plano de Gestão:

- **Objetivo 1** - Garantir a conservação das aves marinhas presentes na ZPE;
- **Objetivo 2** - Aumentar o conhecimento sobre os impactes das atividades;
- **Objetivo 3** - Promover o envolvimento da população local sazonal na aplicação do Plano de Gestão e o reconhecimento da importância do valor natural da ZPE;
- **Objetivo 4** - Aumentar a eficiência dos processos de fiscalização.



Figura 1: Organização do Auditório do Edifício Cultural de Peniche para o workshop.

Os objetivos foram definidos por mesa: Mesa A – Objetivo 1; Mesa B – Objetivos 2 e 4; Mesa C – Objetivo 3. Tendo sido avaliada para cada ação: i) a urgência (curto prazo, médio prazo ou longo prazo); ii) a exequibilidade (muito exequível, exequível ou pouco exequível); iii) os requisitos necessários para a sua implementação e; iv) os stakeholders (grupos e/ou entidades) que deveriam estar envolvidos na sua execução. Foram, deste modo, registadas as respostas que apresentaram consenso entre os participantes de cada mesa, no entanto, quando tal não foi possível, foi registada a resposta da maioria, assinalando que a mesma não apresentou consenso. Para além das ações presentes no Plano de Gestão, os participantes foram questionados se o plano deveria conter outras ações que não se encontram presentes no mesmo.

“O que deve ser um Plano de Gestão?”

O Plano de Gestão da ZPE Ilhas Berlengas consiste num documento com a caracterização da área abrangida, os factores que condicionam a sua gestão, as estratégias de gestão que irão ser aplicadas e um plano operacional. Este plano operacional é composto pelos objetivos gerais e específicos e pelas ações para cada um destes. Estas ações apresentam um nível de prioridade para a sua implementação, a data de início, a duração e os intervenientes/parceiros envolvidos.

Em resposta à questão “O que deve ser um Plano de Gestão” foram obtidas várias ideias fortes pelos participantes. Observou-se uma concordância geral no facto do Plano de Gestão ser referido como um documento com **objetivos** a atingir, resultando na **gestão** da área abrangida pelo mesmo. Foi referido também que o mesmo deverá conter o planeamento das ações a **implementar**, com medidas e estratégias, de modo a proceder à preservação da área e **controlo** das ameaças existentes.

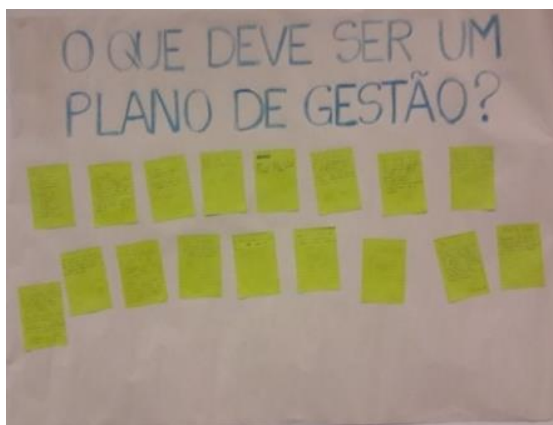


Figura 2: Poster com respostas dos participantes à questão "O que deve ser um Plano de Gestão?"



Figura 3: Nuvem de palavras geradas pelas respostas à questão "O que deve ser um Plano de Gestão?"

Análise dos Objetivos do Plano de Gestão

A análise do Plano de Gestão iniciou com a apresentação de todas as ações referentes a cada um dos objetivos, aos 6 participantes presentes em cada uma das mesas, ao que se seguiu a discussão das mesmas.

No geral, observou-se grande concordância nas ações apresentadas para cada um dos objetivos do Plano de Gestão, havendo grande consenso entre participantes do mesmo grupo, sendo que entre os diferentes grupos observou-se, no entanto, algumas opiniões divergentes.

Os resultados obtidos na análise dos objetivos do Plano de Gestão encontram-se nas tabelas das páginas finais, com as respostas de cada um dos três grupos na urgência e exequibilidade das ações, e a complementação de respostas nos campos requisitos e *stakeholders*, através do esforço conjunto dos três grupos.

No objetivo 1 “Garantir a conservação das aves marinhas presentes na ZPE”, as ações em que se observou uma grande diferença nas respostas apresentadas pelos três grupos, em termos de urgência e exequibilidade, foram “Cartografar as áreas de maior uso para alimentação e descanso de cagarra e Determinar as características oceanográficas subjacentes” e “Mapear as áreas de maior uso para pardela-balear, galheta e alcatraz, e se possível roque-de-castro”. Estas ações foram referidas como estando muito relacionadas entre si, apresentando diferentes níveis de urgência e exequibilidade consoante o grupo a analisar.

Em termos de ações indicadas com o maior grau de urgência, foram identificadas, por unanimidade, as ações “Realizar censos das populações e avaliar a produtividade da cagarra, airo, galheta, roque-se-castro e falcão-peregrino nas Berlengas e nos Farilhões”, e “Realizar um estudo da predação de gaivota-de-patas amarelas sobre o roque-de-castro nos Farilhões”. Para o sucesso destas ações foram referidos como requisitos essenciais financiamento, pessoal especializado para a realização dos censos e câmaras de filmar remotas para a realização do estudo de predação. As entidades indicadas como cruciais na implementação destas duas ações foram a SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves) e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas). Para a realização dos censos das populações das aves foi também sugerida a participação dos Bombeiros e/ou Proteção Cívil nos locais com maior perigosidade e que requeiram conhecimento especializado. Para a realização do estudo da predação foram também sugeridos voluntários pertencentes à ESTM (Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar) e de outras academias em geral.

No objetivo 2 “Aumentar o conhecimento sobre os impactes das atividades”, observou-se, em termos gerais, um consenso entre os três grupos, em termos da urgência das ações apresentadas, sendo que nenhuma foi identificada como ação a implementar a longo prazo. A ação “Realizar um estudo sobre o esforço de pesca na ZPE por arte de pesca” obteve concordância unânime por todos os participantes, afirmando que a mesma é exequível e deverá ser implementada a curto prazo. Para tal, como requisitos necessários foi indicada como necessária a observação autónoma e coerência de dados obtidos, a avaliação da adequação do sistema de registo de dados em lota, a monitorização em embarcações, a recolha de informação espacial, assim como a sensibilização de todos os envolvidos nas várias artes de pesca. Como entidades que deverão estar envolvidas na implementação desta ação foram referidos os Operadores Marítimo-Turísticos, a DGRM (Direção Geral de Recursos

Naturais, Segurança e Serviços Marítimos), a Docapesca, a Autoridade Marítima, a Pesca Profissional, a Pesca Lúdica e o ICNF, sendo que esta última terá menos importância no envolvimento desta ação.

Para além das ações presentes no Plano de Gestão, propôs-se a integração de uma nova ação, sendo esta referente à criação de novos usos e atividades, relacionados ao Ordenamento do Espaço Marítimo.

No objetivo 3 “Promover o envolvimento da população local sazonal na aplicação do Plano de Gestão e o reconhecimento da importância do valor natural da ZPE”, foi observado um grande grau de concordância na maior parte das ações apresentadas, sendo que, maioritariamente, foram identificadas como ações a ser implementadas a curto prazo.

De todas as ações, a que, unanimemente, foi identificada como sendo de menor urgência, a ser implementada a médio prazo, foi a ação “Produzir um documentário sobre a ZPE”, ao que todos os participantes consideraram como sendo uma ação importante, existindo porém ações com maior prioridade na sua implementação.

Observou-se no entanto uma ação que gerou maior discussão entre os grupos “Criar um centro interativo de promoção e divulgação da ZPE, na Ilha da Berlenga”, tendo esta ação já sido iniciada e resultando no “Centro de Visitantes” presente no Bairro dos Pescadores, na Ilha da Berlenga. Devido à sua localização e organização, um dos grupos discordou com a existência desta ação. Os restantes grupos indicaram como requisitos necessários para esta ação o melhoramento do espaço, a deslocação do mesmo e o aumento e melhoramento da informação apresentada neste centro interativo. Foi também sugerida uma nova ação a integrar no Plano de Gestão, de modo a colmatar as falhas existentes no centro interativo da Ilha da Berlenga, tendo sido assim sugerida a criação de um centro interpretativo em Peniche. Esta ação foi indicada como sendo necessária de implementação a curto prazo, tendo sido identificados como requisitos a criação do espaço e o financiamento necessário à sua implementação. Como entidades a serem envolvidas nesta ação, foi referida a Câmara Municipal de Peniche, a SPEA, a ESTM e a Docapesca, sendo que esta última não apresentou concordância entre os participantes.

As ações pertencentes ao objetivo 4 “Aumentar a eficiência dos processos de fiscalização” foram identificadas, no geral, como ações com grande urgência e necessárias de implementação a curto prazo.

Como requisitos necessário à implementação da ação “Promover ações de fiscalização conjunta entre o ICNF e as outras entidades com competências na zona”, foi indicada a sensibilização de entidades envolvidas, a necessidade de recursos humanos, a simplificação da legislação e dos procedimentos e aplicar outros sistemas de penalização para além da coima. Como entidades a estarem envolvidas nesta ação foi referida a DGRM, a Autoridade Marítima e o ICNF. A ação “Reforçar e coordenar os meios de fiscalização na ZPE e zona envolvente”, foi referida como apresentando ligação à ação anterior e indicados como requisitos para a sua concretização a partilha de informação e de concentração do esforço na fiscalização, assim como a construção de objetivos comuns e um quadro legal. Para tal, as entidades a serem envolvidas foram identificadas como sendo todas as entidades com responsabilidade, como por exemplo, a DGRM, a Autoridade Marítima, o ICNF e a Unidade de Controlo Costeiro.



Este *workshop* permitiu assim envolver os *stakeholders* nas medidas previstas para a gestão da ZPE das Ilhas Berlengas, procurando dar a conhecer todas as ações presentes no Plano de Gestão e potenciar a participação pública na tomada de decisões essenciais para garantir o sucesso de todas as ações propostas.

Os resultados obtidos serão agora trabalhados de forma mais detalhada, permitindo uma análise mais aprofundada dos mesmos.

Agradece-se a participação empenhada e viva de todos os participantes que permitiu um trabalho intenso ao longo das 3 horas de duração do *workshop*.

OBJETIVO 1 – Garantir a conservação das aves marinhas presentes na ZPE

Ação	Urgência			Exequibilidade			Requisitos (condições necessárias para implementação)	Stakeholders (quais os grupos que devem ser envolvidos e sua função)
	1= curto prazo 2= médio prazo 3= longo prazo			1= muito exequível 2= exequível 3= pouco exequível				
Destruir as várias posturas de gaivotas anualmente na Berlenga.	1	n.a.*	1	1-2	1	2	* necessidade de reavaliar esta medida. Reforçar recursos humanos, eventualmente voluntários.	ICNF; GNR; Marinha; ONG's; IPL (Voluntários); SPEA (proporcionando meios).
Testar outros métodos de controlo da população de gaivotas.	1	2	2	3	2	2	Financiado pela investigação; Aprender com experiências, exemplos de operações Larus (iniciativas para controlo de gaivotas) e outra experiência mundial.	IPL e mais academias (em geral); ICNF; SPEA.
Conhecer os locais de alimentação da gaivota na região de Peniche.	2	1 (manter)	1	1	1	1	GPS; Métodos visuais de apoio; Sensibilização da população de Peniche.	CMP; SPEA; ICNF; GNR; Público.
Implementar o controlo de ratos.	n.a.	n.a.	2 (continuar a ação)	-	1	2.5	Monitorização; Reavaliar a ação que foi posta em prática.	ICNF; SPEA; Pescadores; Turistas; Agentes económicos locais.
Recuperar todos os ninhos artificiais de cagarra que tenham sido construídos na RNB e que estejam desmoronados.	1	2	1	2	1	1	Recursos humanos; Reavaliar a medida; Financiamento.	RNB (voluntários); SPEA (Biólogos).
Recuperar os muros e colocar ninhos artificiais para roque-de-castro nos Farilhões.	1	1	2 (Falta informação)	2	1	1	Recursos financeiros; Pessoal especializado.	SPEA; INCF.
Realizar censos das populações e avaliar a produtividade de cagarra, airo, galheta, roque-de-castro e falcão-peregrino nas Berlengas e nos Farilhões.	1	1	1	1	1	2 (muitas spp.)	Pessoal especializado; Financiamento (para material, deslocações, recursos humanos).	SPEA; Bombeiros (rapel)/Proteção civil; ICNF.
Realizar censos anuais de gaivota-de-patas-amarelas na Berlenga e nos Farilhões. (apontada como relacionada com a primeira ação)	2	1	1	1	1	1	Baixar a frequência de amostragem para 2 em 2 anos e acoplar para outras monitorizações.	ICNF; SPEA; Bombeiros (não consensuais).
Monitorizar o coberto vegetal nos Farilhões.	1	1	2	1	2	2	Recursos humanos especializados; Métodos quantitativos; Financiamento; Juntar aos censos visuais (relacionado com os requisitos abaixo indicados).	ICNF; SPEA; ESTM (voluntarios).
Realizar um estudo da predação de gaivota-de-patas-amarelas sobre o roque-de-castro nos Farilhões.	1	1	1	1	1	2	Câmaras de filmar remotas, Financiamento.	SPEA; ICNF (RNB); ESTM (voluntários); Academia em geral.
Cartografar as áreas de maior uso para alimentação e descanso de cagarra e determinar as características oceanográficas subjacentes.	3	2 (manter o que está)	1	3	2	2	Pessoal muito especializado (cientistas, imagem de satélite); cruzamento de informação.	IPMA; Instituto hidrográfico; Biólogos; Pescadores; Geografia (SIG).
Mapear as áreas de maior uso para pardela-balear, galheta e alcatraz, e se possível roque-de-castro. (apontada como relacionada com a ação anterior)	3	2	1	3	2	2	Pessoal muito especializado (cientistas, imagem de satélite); (complementar com observações nas áreas adjacentes).	IPMA; Instituto hidrográfico; Biólogos; Pescadores; Geografia (SIG).

* Respostas que não apresentam consenso por todos os participantes

n.a.: não se aplica

OBJETIVO 2 – Aumentar o conhecimento sobre os impactes das atividades

Ação	Urgência			Exequibilidade			Requisitos (condições necessárias para implementação)	Stakeholders (quais os grupos que devem ser envolvidos e sua função)
	1= curto prazo	2= médio prazo	3= longo prazo	1= muito exequível	2= exequível	3= pouco exequível		
Realizar um estudo sobre o esforço de pesca na ZPE por arte de pesca.	1	1	1	2	2	2	Observação autónoma e coerência de dados; Sensibilização; Avaliação da adequação do sistema de registo de dados em lota; Monitorização em embarcações; Informação espacial.	Pesca profissional; Pesca lúdica; Associações de pesca; OMT (Operadores marítimo-turísticos); DGRM; Docapesca; Autoridade marítima; ICNF (com menos importância nesta ação).
Caracterizar as capturas acidentais.	1	1	1	1	1	2*	Sensibilização & Formação; Acompanhamento (<i>task force</i>).	Pesca profissional; Pesca lúdica; Associações de pesca; OMT (Operadores marítimo-turísticos); DGRM; Docapesca; Autoridade marítima; ICNF; ONG/ Centros de recuperação; GNR.
Caracterizar a competição entre as aves marinhas e a pesca pelas espécies piscícolas. (apontada como relacionada com a primeira ação)	2	1	1	1	2	3	Investigação científica (Estudos) na área de pesca; Disponibilidade de participação.	Instituições de investigação; Pescadores; Docapesca.
Identificar e testar as medidas de minimização adequadas da mortalidade de aves marinhas nas artes de pesca (integrado nos projetos LIFE MARPRO e LIFE Berlengas).	1	1	1	1	2	2	Financiamento; Sensibilização; Recursos humanos; Disponibilidade dos pescadores; Troca de experiências.	Comunidade piscatória/ SPEA; Universidade de Aveiro; DGRM (Política de pescas).
Promover a realização de um estudo sobre a interação entre os dispositivos de produção de energia das ondas e da energia eólica e as aves marinhas.	1	2	1	1	2	2	(Não será a mais relevante na área) Financiamento (dos promotores).	Promotores de projecto; ICNF; ONG; Investigação; Centro de energia das ondas.
Ação proposta:								
Estudar novos usos e novas atividades (relação com ordenamento de espaço marítimo).								
Elaborar um estudo de análise do impacto das atividades turísticas na biodiversidade.								

* Respostas que não apresentam consenso por todos os participantes

OBJETIVO 3 – Promover o envolvimento da população local sazonal na aplicação do Plano de Gestão e o reconhecimento da importância do valor natural da ZPE

Ação	Urgência			Exequibilidade			Requisitos (condições necessárias para implementação)	Stakeholders (quais os grupos que devem ser envolvidos e sua função)
	1= curto prazo	2= médio prazo	3= longo prazo	1= muito exequível	2= exequível	3= pouco exequível		
Promover ações de observação de aves marinhas para público diversificado.	1	2	2	1	1	1	Formações; Pessoas especializadas; Divulgação; Definição e monitorização da capacidade de carga.	ICNF, SPEA; Escolas de turismo; MT's; Turismo do centro – postos de turismo.
Elaborar folhetos e exposição.	1	1	1	1	1	1	Pessoas especializadas; Financiamento; Construção de objetivos.	Instituto Politécnico; ICNF, SPEA; CMP; Associação Amigos das Berlengas.
Sinalizar os percursos turísticos na ilha da Berlenga.	1	1	1	1	2	1	Material resistente; Financeiros; Conhecimento.	CMP; ICNF; SPEA; Escolas de turismo*.
Introduzir informação sobre a ZPE no portal do ICNF e manter os conteúdos atualizados.	1	1	1	1	1	1	Equipa técnica; Conteúdos.	ICNF; SPEA; Escolas de turismo*; Universidades.
Promover a realização de um evento para divulgação dos projetos em curso na zona (LIFE Berlengas).	1	1	1	1	1	1	Sessão pública; Grupo de organizadores; Financiamento.	CMP; ICNF, SPEA; Escolas de turismo; Universidades; ONG's; Todos os projetos.
Efetuar um acordo com os postos de turismo para divulgação de informação sobre a ZPE e distribuição do material publicado. (Os grupos afirmam que esta ação deverá ser a nível regional)	1	1	1	1	1	1	Materiais de divulgação; Formação das pessoas; Definição do público-alvo.	OESTCIM; Turismo do centro; Municípios; Região de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo; Turismo de Portugal; ICNF; Operadores Marítimo-turísticos.
Criar um centro interativo de promoção e divulgação da ZPE, na Ilha da Berlenga. (Um grupo não concorda com esta ação)	1	1	3	1	2	2	Melhoramento do espaço; Deslocação do mesmo; Aumento e melhoramento da informação.	ICNF; CMP; SPEA; IPL.
Produzir um documentário sobre a ZPE.	2	2	2	1	2	2	Financiamento; Meios técnicos; Entidades especializadas.	CMP, SPEA; Turismo do centro; OESTECIM; Entidades financiadoras; ICNF; Media.
Efetuar ações de sensibilização dos funcionários da administração.	1	1	1	2	2	1	Formação; Financiamento*.	CMP; ICNF; Escolas de turismo; SPEA; Capitania.
Divulgar o comportamento cívico a adotar na Ilha, em particular sobre o lixo.	1	1	1	1	1	1	Meios materiais para depósito do lixo; Materiais para depósito do lixo nas MT's; Sensibilização ao embarque para não deixar lixo na ilha; Formação; Informação.	CMP; MT's; ICNF; Todas as entidades com informação e que lá trabalham.
Efetuar ações de formação dos agentes e guias turísticos sobre os valores da ZPE.	1	1	1	1	1	2	Formação e formadores; Financiamento, Sensibilização.	SPEA; ICNF, MT's; CMP; Capitania; Entidades formadoras.
Executar um programa de divulgação e promoção de boas práticas de pesca (LIFE Berlengas).	1	1	1	1	2	2	Formação; Fiscalização; Sensibilização; Envolvimento de todos.	Polícia marítima; Docapesca, ICNF, Associações de pesca; FORMAR; DGRM.
Elaborar um manual de boas práticas para as diferentes artes de pesca (LIFE MARPRO).	1	1	1	1	2	1	Financiamento; Formação; Fiscalização*; Monitorização da implementação; Avaliar a exequibilidade das medidas de minimização; Atualização da informação.	Polícia marítima; Docapesca, ICNF, Associações de pesca; Universidades; DGRM.
Elaborar e divulgar um plano de atividades e um relatório de atividades anualmente.	1	1	1	1	1	1	Entrega atempada da informação; Compilação da informação; Plano estratégico.	ICNF; SPEA*; MT's*; Turismo do Centro*; Capitania* (Ultimo grupo acha que é so o ICNF).
Ação proposta:								
Criação de um centro interpretativo em Peniche	1	1	1	1	2	1	Criar um espaço, Financiamento.	CMP; SPEA; ESTM; Docapesca*.

* Respostas que não apresentam consenso por todos os participantes

OBJETIVO 4 - Aumentar a eficiência dos processos de fiscalização								
Ação	Urgência			Exequibilidade			Requisitos	Stakeholders
	1= curto prazo 2= médio prazo 3= longo prazo			1= muito exequível 2= exequível 3= pouco exequível			(condições necessárias para implementação)	(quais os grupos que devem ser envolvidos e sua função)
Promover ações de fiscalização conjunta entre o ICNF e as outras entidades com competências na zona.	1 (com extrema urgência)	1 (com extrema urgência)	1	1	1	1*	Novos focos de fiscalização? Sensibilização; Recursos humanos; Simplificar legislação e procedimentos; outras consequências das infrações (como barcos parados, sistemas de penalização para além da coima)	DGRM; Autoridade Marítima; ICNF.
Reforçar e coordenar os meios de fiscalização na ZPE e zona envolvente. (Apontada como tendo ligação com a ação anterior)	1	1 (com extrema urgência)	1	3	1*	1	Partilha de informação e meios/ concentração do esforço; construção de objetivos comuns; quadro legal	Todas as entidades com responsabilidade (DGRM; Autoridade Marítima; ICNF; Unidade de controlo costeiro)

* Respostas que não apresentam consenso por todos os participantes